



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

PUBLICAÇÃO  
Nº 2144 DO JORNAL  
OFICIAL DO MUNICÍPIO  
DATADO DE: 30/03/23  
A) *[assinatura]*

## LEI Nº 5.911, DE 29 DE MARÇO DE 2023

*Altera dispositivos da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, que "Adequa à Constituição Federal de 1988 e à Legislação correlata a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei Municipal nº 3.028, de 27 de dezembro de 1995" e dá outras providências.*

O Povo do Município de Itaúna, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O inciso II, do artigo 6º da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º A vacância da função decorrerá de:*

- I - renúncia;*
- II - posse em cargo, emprego ou função pública e privada remuneradas;*
- III - falecimento;*
- IV - destituição".*

**Art. 2º** O artigo 7º da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 7º Os conselheiros titulares serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:*

- I - vacância de função;*
- II - licenças ou suspensão do titular que excederem a 30 (trinta) dias".*

**Art. 3º** O artigo 8º da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 8º O conselheiro tutelar, no efetivo exercício da sua função, perceberá como remuneração o valor correspondente ao vencimento do cargo de Chefe de Setor, conforme a Lei Complementar Municipal nº 97/2014.*

**§ 1º** O conselheiro tutelar perderá:

- I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço;*
- II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 minutos, conforme a Lei Municipal nº 2.584/1991.*

*[assinatura]*

*[assinatura]*



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação da Lei nº 5.911/23 - Fl. 2

*§ 2º O conselheiro tutelar ocupante de cargo ou emprego público da administração direta do Município poderá optar pelo recebimento dos vencimentos do respectivo cargo ou emprego”.*

**Art. 4º** O artigo 11 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 11. Conceder-se-á ao Conselheiro Tutelar licença:*

- I - para serviço militar;*
- II - para concorrer a cargo eletivo;*
- III - para gestação;*
- IV - em razão de paternidade;*
- V - para tratamento de saúde;*
- VI - por acidente em serviço ou doença profissional, de acordo com a Lei.*

*§ 1º As licenças previstas nos incisos III, IV, V e VI serão remuneradas consideradas como efetivo exercício das atividades.*

*§ 2º É vedado o exercício de qualquer atividade durante o período de licença prevista nos incisos III, IV, V e VI do art., sob pena da cassação da licença e destituição da função.*

*§ 3º Ao conselheiro convocado para o serviço militar será concedida licença na forma e condições previstas na legislação específica aplicável ao servidor público municipal.*

*§ 4º O conselheiro terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito.*

*§ 5º A conselheira tutelar gestante terá direito a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de licença, conforme a Lei Complementar Municipal nº 58/2010:*

*I - ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto;*

*II - no caso de natimorto, a conselheira será submetida a exame médico quando completados 30 (trinta) dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.*

*§ 6º A licença paternidade será concedida ao conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 05 (cinco) dias, contados do nascimento.*

*§ 7º Será concedida ao conselheiro licença para tratamento de saúde e por acidente em serviço com base em perícia médica.*

*I - considera-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo conselheiro a que se relacione com o exercício das suas atribuições;*





# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação da Lei nº 5.911/23 – Fl. 3

*II - equipara-se ao acidente em serviço o dano:*

- a) decorrente de agressão sofrida, e não provocada, pelo conselheiro no exercício de suas atribuições;*
- b) sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;*
- c) sofrido no percurso para o local de refeição ou volta dele, no intervalo de trabalho”.*

**Art. 5º** O artigo 12 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 12. O conselheiro poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por 08 (dias) consecutivos, em razão de:*

*I - casamento;*

*II - falecimento do cônjuge, companheiro, pais ou filhos”.*

**Art. 6º** O §1º, do artigo 13 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 13. (...)*

*§ 1º Sendo o conselheiro tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício na função será contado para todos os efeitos”.*

**Art. 7º** O artigo 16 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 16. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada”.*

**Art. 8º** O artigo 18 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 18. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:*

*I - advertência;*

*II - suspensão;*

*III - destituição da função”.*

**Art. 9º** O artigo 20 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 20. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I, II e XI do art. 15 desta Lei e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna do Conselho que não justifique imposição de penalidade mais grave”.*



# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação da Lei nº 5.911/23 - FL. 4

**Art. 10.** O artigo 22 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 22. O conselheiro será destituído da função nos seguintes casos:*  
*I - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança ou adolescente;*  
*II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 02 (duas) vezes consecutivas ou 03 (três) vezes alternadas dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;*  
*III - não comparecer, injustificadamente, a 03 (três) sessões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas no mesmo ano;*  
*IV - incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;*  
*V - ofensa em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;*  
*VI - posse em cargo, emprego ou outra função pública e privada remunerados;*  
*VII - transgressão dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 15 desta Lei”.*

**Art. 11.** O artigo 25 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:



*“Art. 25. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade no Conselho Tutelar é obrigado a tomar providências necessárias para sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa”.*

**Art. 12.** O artigo 26 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 26. Da sindicância, que não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, poderá resultar:*  
*I - o arquivamento;*  
*II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;*  
*III - a instauração de processo disciplinar”.*

**Art. 13.** O artigo 28 da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 28. Aplicam-se aos conselheiros tutelares, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal nº 2.584, de 11 de dezembro de 1991 e da Legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar”.*







# Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

...continuação da Lei nº 5.911/23 – Fl. 5

**Art. 14.** Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei nº 3.613, de 29 de dezembro de 2000.

**Art. 15.** Revogadas disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 29 de março de 2023

**Neider Moreira de Faria**

Prefeito do Município de Itaúna

**Alessandra Nogueira Santos Araújo**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

**Guilherme Nogueira Soares**

Procurador-Geral do Município